

## ENTRE CAMPOS AMAZÔNICOS: A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DIPLOMÁTICA E A DIVISÃO DO MUNDO SOCIAL DAS FRONTEIRAS LATINAS

Geórgia Pereira Lima<sup>1</sup>

**RESUMO:** Ao analisar o contexto que envolve a comunidade “brasiviana” acerca da (re)territorialização (HAES-BAERT, 2002) constituída a partir da anuência da política diplomática Brasil-Bolívia, consubstanciada através do Acordo Bilateral de 17 de dezembro de 2008, nos remete à historicidade do processo de anexação das terras do Acre ao Brasil na perspectiva de refletir sobre a territorialidade e (re)territorialização do poder tutelador do Estado exercido através de atos diplomáticos. Nesse sentido, este artigo visa compreender como a questão da di-visão do mundo social de tradição seringueira foi negociado e renegociado no campo da Diplomacia Brasileira. Sobressaindo daí pensar: 1) as representações e articulações de elementos culturais, entre a cultura brasileira e boliviana; 2) as trajetórias de grupos de trabalhadores brasileiros visibilizaram processos históricos diferenciados de deslocamentos; 3) os chamados “brasivianos” representam uma das identidades que se constituiu sob o eco silencioso da teia social em território pandino. Portanto, as experiências de diásporas às margens dos Rios Abunã e Acre revelam áreas fronteiriças interamericanas e amazônicas sinalizando entre-lugares compartilhados entre a sociedade acreana e a pandina.

**Palavra chaves:** Metodologia; Territorialidade; Brasiviano.

**ABSTRACT:** By analyzing the context that surrounds the “Brazilian community” about (re) territorialization (HAES-BAERT, 2002) constituted from the consent of the Brazil-Bolivia diplomatic policy, embodied through the Bilateral Agreement of December 17, 2008, brings us to the historicity of the process of annexation of Acre ‘s lands to Brazil in order to reflect on the territoriality and (re) territorialization of the State’ s tutelary power exercised through diplomatic acts. In this sense, this article aims to understand how the issue of the social world vision of rubber tree tradition was negotiated and renegotiated in the field of Brazilian Diplomacy. From there, we think: 1) the representations and articulations of cultural elements, between Brazilian and Bolivian culture; 2) the trajectories of groups of Brazilian workers made visible differentiated historical processes of displacement; 3) the so-called “brasivians” represent one of the identities that formed under the silent echo of the social web in pandino territory. Thus, diasporic experiences on the banks of the Abunã and Acre rivers reveal inter-American and Amazonian border areas signaling shared places between Acrean and pandine society.

**Keywords:** Methodology; Territoriality; Brasivian.

A (re)territorialidade constituída nos diversos processos de deslocamentos do trabalhador/a brasileiro/a para além fronteira implicou pensar acerca das representações dos termos de “cultura”, “fronteira” e “identidade” elaborados a partir desses sujeitos, chamados “brasivianos”, ao constituírem socialmente novos espaços e formas de viver numa interação de culturas em suas práticas sociais. Inicialmente sob uma constituição social da tradição seringueira, no trânsito de ir e vir contínuo e silencioso de atravessar os limites geopolíticos do Brasil, até o advento da contextualização dos conflitos além-fronteiras provocados pela crise agrária no Estado do Acre a partir da

---

<sup>1</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geórgia Pereira Lima pesquisadora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CNPq/Ufac.

década de 1980 momento de maior visibilidade à histórica travessia dos Rios Abunã e Acre limites entre a Amazônia Sul-Occidental e boliviana.

Nesse sentido, quatro questões sobressaem do contexto histórico desta fronteira: os elementos culturais expressos pelos “brasivianos” são próprios do espaço fronteiro latino-amazônico dos rios Abunã e Acre? Como a comunidade “brasiviana” articula, interpreta e reinterpreta, em suas vivências, os elementos culturais próprios nessa dessa região? E as ressignificações de um fronteiro latino-amazônico envolvendo o campo cultural materializado em um espaço/território permitem a recriação desses sujeitos? Que identidades se evidenciam desse entre-lugar de culturas? Esses temas foram sendo pensados a partir dos pressupostos de Homi Bhabha (2007) acerca de cultura que nos auxiliou a entender os trânsitos e refletir que:

A cultura como estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória. Ela é transnacional porque os discursos pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural, seja como “meio-passagem” da escravidão e da servidão, como “viagem para fora” da missão civilizatória, a acomodação da migração [...] ou o trânsito de refugiados econômicos e políticos [...]. A cultura é tradutória porque [as] histórias espaciais de deslocamento tornam a questão de como a cultura significa, ou o que é significado por *cultura*, um assunto bastante complexo. (BHABHA, 2007, p. 241) grifo do autor.

Assim, ao buscar dar conta destas inquietações a pesquisa foi realizada considerando referencial teórico-metodológico (BHABHA, 2007, BLOCH, 2005 e PORTELLI, 1996/2010) que possibilitou maior flexibilidade no trato com o objeto de estudo para além de categorias de análise “fixas” e “abstratas”, mas permitiu que o contínuo diálogo problematizador entre o objeto e as fontes se constituísse num procedimento dinâmico, sob uma perspectiva histórica inserida num “campo de possibilidades”.

Neste estudo, a abordagem etnográfica nos possibilitou compreender que a experiência humana deve ser analisada em sua dimensão êmica<sup>2</sup>, como também, as interpretações do “outro” (BHABHA, 2007). Assim, é pensar o sujeito em todas as dimensões de sua vida, do nascer ao envelhecer (a construção das identidades sociais), o viver (religião, família, comunidade, lazer), o pensar (costumes, tradições, modo de vida, ideologia) o trabalho (condições e o modo de produzir), o sentir (eu - outro, estar e viver no mundo múltiplo e relacional). Essas dimensões próprias do humano que o leva a se submeter, silenciar, forjar, sair e resistir, formando um todo articulado numa dinâmica de vida onde a construção do cultural é elaborada e reelaborada continuamente.

Dessa forma, a experiência da comunidade “brasiviana”, pensada a partir dos interstícios fronteiros dos rios Abunã e Acre, que a localiza no espaço interamericano das amazônias - Brasileira e Boliviana, se percebeu que esses sujeitos fizeram de suas vivências, ao contar sua história, em suas falas e gestos, permitiu acompanhar o modo como essas falas se articulam com os discursos de outros sujeitos e instituições dentro e, ou, fora da área de fronteira estudada.

Ao trilhar os caminhos de homens e de mulheres nas fronteiras latino-amazônicas destes rios e de outros sujeitos e/ou instituições, se percebe as multiplicidades e criatividade desses sujeitos em trânsito e levando a pensar as diferenças e as diversidades próprias do espaço de fronteira do entre culturas latinas.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado na antropologia para descrever categorias e valores internos próprios às sociedades e grupos em estudo, e tomados segundo a lógica e coerência com que aí se apresentam; o termo tem origem na linguística, mas atualmente é utilizado predominantemente na antropologia.

Nesse contexto, idealizamos a História como experiência humana. Isso implica pensar que essa experiência, por ser contraditória à própria História, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Dessa forma, fazer História como conhecimento e como vivência é compreender as ações dos diferentes grupos que nela atuaram ou atuam, procurando entender porque o processo tomou um dado rumo e não outro; significa perceber as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras.

Ao propor trabalhar com as experiências dos chamados “brasivianos” na fronteira entre Brasil e Bolívia, numa perspectiva de evidenciar as interpretações e reinterpretações de suas vivências na região fronteira das Amazônias interamericanas, se buscou vincular nossa reflexão aos postulados de Homi Bhabha, particularmente, em “O local da cultura” (2007). Nesta obra, o autor afirma ser a ambivalência uma maneira de ler nas entrelinhas as ordens do discurso (colonizador) padronizador dos contrários. Isso implica que a metodologia de análise das experiências de diásporas amazônicas, sob a força das diferenças e das diversidades culturais, surge como elemento ao mesmo tempo político de caráter acadêmico, uma vez que se reconhece o narrador como possuidor de saberes possíveis se serem compartilhados e, também, articulador, em razão haver possibilitado a explicitação de diferentes diálogos objetivos e subjetivos, sob os quais se entrecruzam os saberes e conhecimentos dos sujeitos da história.

Homi Bhabha, ao englobar as mais diversas práticas “de leitor, de colonizador, de colonizado, de cineasta, de feministas, de homossexuais, de afro-americanos” e, de pensadores da “agência e fora desta”. Mostra que a organização de sua obra os temas fluem da política para a representação; do discurso e do gênero para a discussão do Estado e do nacionalismo ao povo; do colonialismo cultural e da dominação à dependência e, da cultura e da fronteira para identidade. Assim, o espaço geo-histórico que Homi Bhabha apresenta é um “chão” onde pisa homens e mulheres, tanto na cidade, no campo, como na fronteira. A cidade é descrita de várias formas, como: capital; centro cinematográfico; espaço de conflito e embate cultural; centro religioso; centro comercial; portuário e polo industrial. O campo é identificado sob a configuração do espaço colonial, a terra incógnita, enquanto, a fronteira é o interstício, o espaço internacional das culturas.

Ao pensar desta maneira, nos foi possível analisar os conceitos de fronteira e de cultura, para além da dicotomia do nacional versus o internacional; do limite, da raia versus o além-fronteiras; do “de fora” versus o “de dentro”; da inclusão versus exclusão; do estrangeiro versus o cidadão, para reapresentá-las constituídas sob o ponto central da experiência humana, a partir da qual a cultura passou a ser entendida como um recriar social dinâmico de um modo de vida que implica em pensar como deve ser feito. Isto nos reporta aos escritos de Homi Bhabha quando se refere que:

[...] tem de reconhecer a força da escrita, sua metaforicidade e seu discurso retórico, como matriz produtiva que define o “social” e o torna disponível como objetivo da e para a ação. [...] é uma tentativa de definir o juízo político como o problema de encontrar uma forma [...] capaz de representar “conteúdos” políticos diferentes e opostos não como princípios pré-constituídos a priori, mas como uma troca discursiva dialógica, uma negociação de termos na continuidade do presente da anunciação da afirmativa política. O que é inesperado é a sugestão de que uma crise de identificação é inaugurada na performance textual que apresenta uma certa “diferença” *no interior* da significação de qualquer sistema político isolado, anteriormente ao estabelecimento das diferenças substanciais *entre* as crenças políticas. (BHABHA, 2007, p. 48-49). Grifos do autor.

Ao entender que o objetivo básico de Homi Bhabha é explicar o modo como os sujeitos inter-relacionam entre si e em sociedade, importando compreender como a experiência humana se

articula com o construto social estabelecido, ele provoca e faz pensar as estruturas de sentimentos da psique como elemento explicativo das continuidades e descontinuidade das múltiplas relações instituídas socialmente.

Assim, essas relações permeiam a intertextualidade da abordagem e do conjunto da obra. Ao fazer uso, por exemplo, de “fronteiriço da cultura” e “entre-lugar” que são palavras a indicar que presente-passado-presente torna-se parte da necessidade e não da nostalgia de um viver. Assim, é nas margens que o autor restabelece as estruturas de sentidos e sentimentos.

Dialogando com um amplo leque de fontes documentais entre as quais prevalecem as ditas “não-convencionais”, Homi Bhabha consegue deslizar da história à psicanálise reinterpretando fatos históricos a partir de termos, chamados de “simplistas”, e elabora conceitos complexos, “estereótipos”, enquanto construção histórica.

Assim, a leitura de “O local da cultura” (2007) nos proporcionou inúmeras inquietações e questões metodológicas quanto ao ofício de explicar as ações do homem no tempo (BLOCH, 2005), como também nos serviu de inspiração para uma releitura dos eventos que culminaram, de um lado, com as experiências sociais da comunidade “brasiviana” realizadas na fronteira dos Rios Abunã e Acre e, de outro, serviu de base para expormos como as articulações, interpretações e reinterpretações das vivências de homens, mulheres, crianças, jovens, velhos e velhas nesta região fronteiriça constituem as continuidades e descontinuidades de histórias das Amazônia interamericanas.

Desta forma, a contribuição teórica de Homi Bhabha encontra-se, essencialmente, na forma como se construiu a história do objeto deste estudo. Neste estudo as histórias dos trabalhadores/as brasileiros/as clandestinos/as nos seringais bolivianos, os chamados “brasivianos”, foram constituídas a partir das fissuras dos discursos (políticos/históricos) hegemônicos de base normativa e permitiu pensar a fronteira como um “entre-lugar”, um espaço da “ambivalência”, gérmen da constituição de sujeitos culturais híbridos, facultando dialogar com as contingências, diferenças e pensar que:

Reconstituir o discurso da diferença cultural exige não apenas uma mudança de conteúdos e símbolos culturais; uma substituição dentro da mesma moldura temporal de representação nunca é adequada. Isso demanda também uma revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas; demanda também a rearticulação do “signo” no qual se possam inscrever identidades culturais. [...] a contingência [...]. Esse “indeterminismo” é a marca do espaço conflituoso, mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras regulares do discurso social. (BHABHA, 2007. p. 240).

Neste sentido, o objeto, objetivos e questões que guiaram esse estudo se constituíram em ações inter-relacionadas e complexas para a elaboração de um conhecimento histórico acerca de uma experiência de vida na fronteira na dimensão das Amazônia, brasileira e boliviana, particularmente entre o Estado do Acre e o Departamento de Pando. Temos clareza que este assunto é vasto, mormente por se tratar de uma reflexão de interstícios Latinos Americanos, um dos espaços representante dos atuais debates sobre territorialidades<sup>3</sup> e a globalização de culturas. Este trabalho

3 Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

oferece uma compreensão de um território que é imenso, variado e disputado, sob uma perspectiva histórica das inter-relações, contínuas e descontínuas, manifestadas nas jornadas de deslocamentos e nas experiências de diásporas de famílias brasileiras na região daquele Departamento boliviano nos interstícios interamericanos e amazônicos dos Rios Abunã e Acre.

Vale ressaltar que, a historicidade regional revela a lógica do capital monopolista, configurado no alto poder econômico do extrativismo da borracha da região do Acre e o contexto histórico favorável ao crescimento lucrativo desta matéria-prima no cenário internacional, principalmente, a partir de 1895, com o desenvolvimento da indústria automobilística (MARTINELLO, 1995).

Assim, da lógica do capital lucro-extrativista no plano das disputas sobressai dois fatores interligados, o *Bolivian Syndicate*, 11 de julho de 1901 e a chamada “*Revolução Acreana*” de 06 de agosto de 1902. Respeitadas as devidas proporções, as implicações desses eventos irradiaram fora do ambiente da floresta amazônica e constituíram-se em outras disputas de domínios diplomáticos. Nesta perspectiva, a interpretação do contexto histórico apresentado por Tocantins (1961) acerca das questões que envolvem a Anexação do Acre ao Brasil, nos permite realizar uma leitura da territorialidade constituída sob a lógica do extrativismo da borracha que ficou conhecida como “territorialidade seringalista” (PORTO-GONÇALVES, 2003).

No contexto das disputas diplomáticas, 1903 entre Brasil–Bolívia, a territorialidade constituída pelo conjunto dos seringais na interpretação da Diplomacia Brasileira é representada sob a constituição do “*uti possidetis*”. Este termo, tornado como força de nacionalidade, possibilitou um diálogo diplomático entre as chancelarias de ambos os países, resultando no Tratado de Petrópolis de 1903. Tal marco diplomático pós-república, estabeleceu uma di-visão do mundo social constituído por seringalistas e seringueiros, em suas múltiplas relações sociais na floresta amazônicas.

Desta forma, 105 anos depois, pouco mais de um século separam o Acordo Bilateral de 17 de dezembro de 2008, entre Brasil e Bolívia, o qual visa garantir o processo de reorganização e rearranjo migratório de famílias brasileiras da área de 50 km de fronteira pandina, área de Segurança Nacional da Bolívia, daquele episódio diplomático que estabeleceu os limites geopolíticos desses dois países sul-americanos em 1903. O que há em comum entre esses dois eventos?

Embora separados em razão do tempo e da finalidade, dentre outras, o que singulariza os mencionados eventos diplomáticos é a presença do trabalhador brasileiro além-fronteiras. Se, no primeiro momento, a historiografia regional nos remete a ideia da chamada “fronteiras em marcha” apresentando um quadro explicativo do expansionismo brasileiro no final do Império e início do período republicano, sendo que, em algumas interpretações, o caso do Acre se reveste de uma tessitura das denominadas “fronteiras vivas”, no cenário atual da ocupação se traduzem no contexto da luta pela terra desses trabalhadores que sem-direitos sonhavam com o direito à terra.

Consta na nota introdutória do livro “A conquista do deserto Ocidental” de Craveiro Costa (2005) uma interpretação, na qual é possível perceber que a luta pelo direito a terra está instalada desde o tempo dos nordestinos-seringueiros até os chamados “brasivianos”. Esta luta tem sentido de liberdade e, expõe uma compreensão da ideia de permanência evidenciada secularmente ao se referir ao episódio de 1902:

O nordestino ganhava terras contra o boliviano. A cultura agrícola ganhava terras contra a indústria extrativa. Com o roçado ensaiava-se a pequena propriedade. O homem da seringa ressurgia todos os anos no homem da lavoura. Mas o essencial é que, resolvido a plantar, estava, para o nordestino, resolvida a permanência. (Nota Introdutória, 2005, p. 50-51).

A perspectiva deste estudo consiste em compreender

Em outra direção, a representação ao expor o núcleo formador *extrato-agrícola* da territorialidade seringalista mostra uma constituição historicamente firmada pelos seringueiros, em oposição à dominação do último representante da cadeia industrial extrativista, o seringalista. Neste sentido, não concebemos a lógica da territorialidade seringalista como uma explicação direta do modo de vida extrativista, pois os sujeitos daquele passado histórico, “os homens da seringa e da lavoura”, que dialoga diretamente com a territorialidade constituída pelos “brasivianos” no além-fronteiras.

Essa territorialidade produzida pela “seringa e lavoura” em última instância dizia respeito à dos seringueiros e não àquela representada pelos seringalistas. Porquanto, tanto nos nordestinos que se constituíram “acreanos”, como nos trabalhadores brasileiros, que foram chamados de “brasivianos”, está presente o sentido da permanência, singularizando as suas diversas lutas, particularmente, a luta pelo direito a terra no ontem e no hoje. Assim, terminada a guerra do Acre e estabelecidas às fronteiras, de acordo com a nota introdutória (COSTA, 1997), acerca do nordestino, cearense:

Não voltaria mais para o Ceará, porque encontravam novas condições para sobreviver. E foi este o fator que impediu, mais tarde, com a decadência da borracha, o êxodo total das populações adventícias. A parte já radicada com a lavoura permaneceu e salvou-se no ciclo da castanha. (Nota Introdutória, 2005, p.54)

Contudo, a partir da década de 1960, pós-batalha da borracha, outros elementos começaram a se fazer presentes e influenciaram nos destinos amazônicos, dentre eles, a chamada “Integração Nacional e Ocupação dos espaços vazios da Amazônia”, particularmente, a partir da década de 1970 com a adoção da propaganda do governo do Estado “Produzir no Acre, exportar pelo Pacífico”, traduz em mudanças significativas acerca do modelo econômico, bem como, na perspectiva da posse e do uso da terra.

Assim, na qualidade de nordestino “acreanizado” completava a subversão política, mas, iniciava a subvenção econômica e, com esta, a recomposição moral das suas tendências. O seringueiro brasileiro, “brasivianizado”, ao participar da II Encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros realizado na cidade de Rio Branco-Ac em 1989, iniciou a sua reposição no mundo da (re)territorialidade seringueira no entre fronteiras.

Desta forma, o sentido da permanência de brasileiros na zona pandina, com mais de um século de andanças na zona de segurança nacional boliviana, podem explicar a (re)territorialidade além fronteiras como um esforço coletivo de um grupo social que ocupou, usou os bens naturais, controlou e, ainda, é identificada pela tradição extrativista do seringueiro no ambiente amazônico compartilhado por gerações de brasileiros desde antes de 1903. Importando, recompor deslocamentos de idas, vindas e retornos de “brasivianos” no chão das fronteiras latinas.

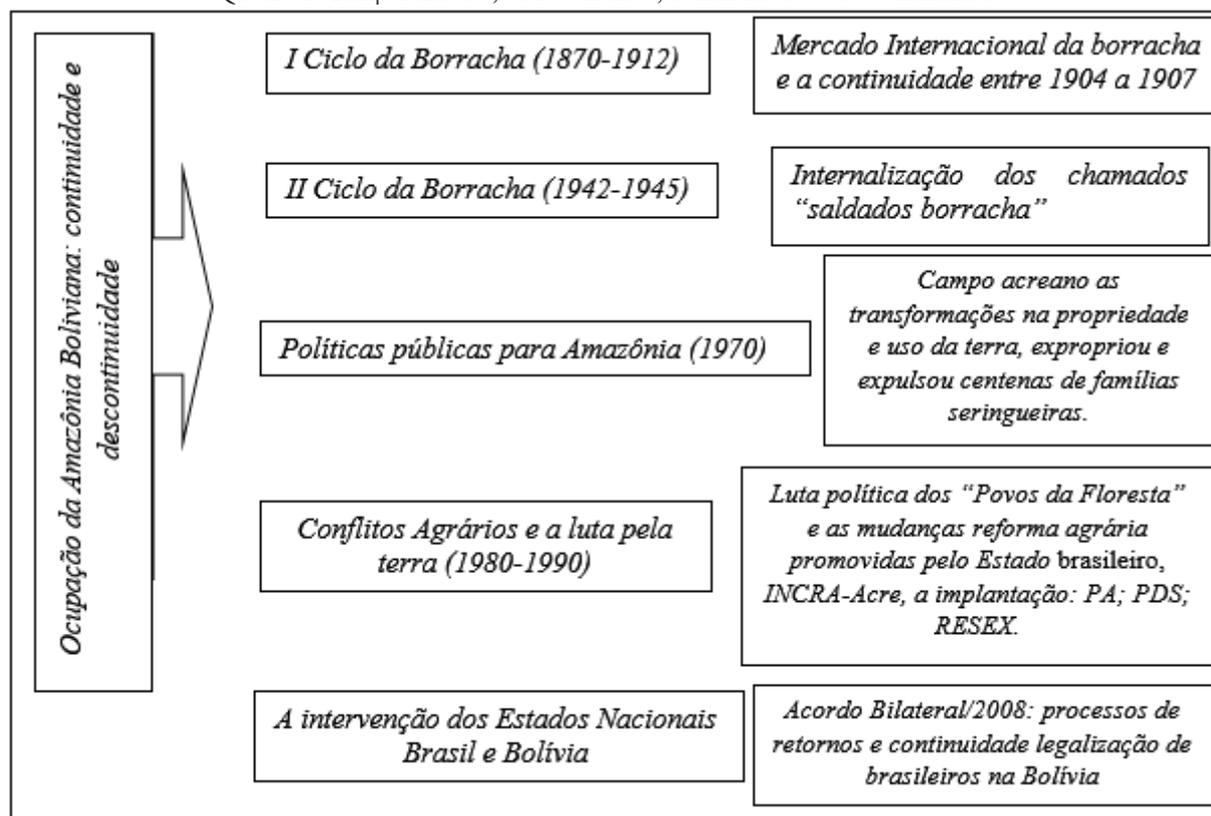
Assim, a historicidade dos deslocamentos dos trabalhadores brasileiros para a região pandina nos remete a diferentes contextos acerca da presença de brasileiros de diversas procedências: nordestina (cearenses, piauienses, rio-grandenses, alagoanos, sergipanos e pernambucanos); nordestinas (acreanos, amazonenses e rondonienses); centro sul (mineiros, goianos, capixabas, paulistas, paranaenses e mato-grossenses). Estes são representantes de múltiplos tempos históricos que evidenciaram momentos distintos e interligados das andanças do trabalhador brasileiro, pequeno produtor, seringueiros e suas famílias no chão amazônico além-fronteiras.

As trajetórias de homens e mulheres brasileiros/as nesta zona fronteira foram interpretadas sob os mais variados motivos. Entre outras, as trajetórias desses trabalhadores brasileiros serviram

para atender ao mercado internacional de borracha, matéria-prima, indústria automobilística de 1895 (MARTINELLO, 1985); constituir um corredor econômico a partir do seringal Capatará, 1905 (Soares Bulcão, *Jornal do Ceará*, 1910); atender a indústria da II Guerra Mundial, 1945 (COSTA SOBRINHO, 1992); evidenciaram a falta de terra para trabalhar, a partir da década de 1970 (ESTEVES, 2003, 2005); bem como, a contextualização dos conflitos sócio agrários a partir da década de 1980 (ALMEIDA, 1995 e LIMA, 2002).

Assim, as temporalidades e contextos amazônicos dos deslocamentos de trabalhadores brasileiros podem ser representados nesse quadro simplificado a seguir:

Quadro 1: Temporalidades, deslocamentos, continuidades e descontinuidades.



Fonte: quadro organizado pela pesquisadora.

Nesses diferentes momentos históricos se observou que a explicação econômica constituiu uma singularidade interpretativa acerca das andanças dos trabalhadores no chão compartilhado das Amazônias. Contudo, é imperioso reconhecer no percurso desses processos se, e como esses sujeitos construíram redes socioculturais? E se construíram, como se constituíram nas múltiplas redes socioculturais resultantes de contatos promovidos pelo campo econômico?

Nesse sentido, as procedências dos sujeitos deslocados pode ser um indicador sociocultural brasileiro que, por si só, revela múltiplas identidades naquele espaço de fronteira. Somando-se a esse contexto cultural, recentemente em nossas pesquisas, percebemos a importância de reconhecer os filhos dos casamentos interculturais como um fator de interação do campo sociocultural plural constituído historicamente.

Desse modo, o estudo das trajetórias e experiências de diásporas recompõe uma tríade básica, a saber, Cultura–Fronteira–Identidade e, se torna enigmática a partir do postulado da História Social, ao reconhecer os sujeitos em suas múltiplas ações e dimensões do humano: econômicas, políticas, psicológicas, emocionais, espirituais, sociais e culturais, que compõem sob diversos aspectos

que homens e mulheres, chamados “Brasivianos”, encontraram as saídas para suas experiências no trânsito da fronteira Acre/Brasil-Pando/Bolívia. Nesta perspectiva, entendemos que o chão latino-amazônico não revela a existência de uma cultura-fronteira-identidade, mas, culturas, fronteiras e identidades em estágios híbridos e processos diversos de alteridades.

Torna-se pertinente compreender as experiências sociais neste espaço, tanto nos meios urbano e rural, como práticas de vidas constituidoras de redes socioculturais a partir de trajetórias históricas, múltiplas, no tempo e no espaço da Amazônia Sul-Occidental. Estas trajetórias se manifestaram desde a expansão da territorialidade seringalista, final do século XIX, como as direcionadas pelo grande capital monopolista, (TOCANTINS, 1974; SILVA, 1986; MAIA, 2002), com participação direta e/ou, indireta do governo brasileiro (LIMA, 2002). Isto demonstra constantes inquietações na vida social envolvendo esse espaço de fronteira que desde o evento histórico de 1902 (Revolução Acreana) mostrou-se ambíguo, ora se configura como uma zona de conflito e, em outro momento, como zona de contato.

Assim, acerca de 40 anos separam este evento da internalização de trabalhadores brasileiros em seringais bolivianos a partir de 1942 (COSTA SOBRINHO, 1992). E outros quase 40 anos desta aos conflitos sociais do campo acreano, ocorridos a partir da década de 1970 em razão das transformações na forma de propriedade e do uso da terra, bem como, das mudanças socioeconômicas promovidas pelo Estado brasileiro, por intermédio do INCRA-Acre a partir nas décadas de 1980 e 1990, com a implantação de Projetos de Assentamentos (PA); Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Agroextrativista e as Reservas Extrativistas (RESEX).

Dessa forma, daqueles eventos históricos do final do século XIX e início do século XX embora aparentemente isolados e descontextualizados, se somados aos acontecimentos entre as décadas de 1970 a 1990, permitem visibilizar os diferentes momentos de entradas, vindas, idas e retornos de seringueiros brasileiros do território pandino/Bolívia sem a interferência dos respectivos Estados Nacionais e, recompõe um lugar social sob o qual é possível entrever a mobilidade de homens e mulheres no chão das Amazônias, brasileira e boliviana, além-fronteiras.

Porquanto, os contextos históricos ao evidenciarem as entradas, vindas, idas e os retornos desautorizados mostram a porosidade da fronteira geopolítica entre Acre/Brasil e Pando/Bolívia, provocadas por jornadas e pelas experiências de diásporas de famílias brasileiras, apresentando esta fronteira no dinâmico de trânsito contínuo de pessoas e produtos.

Nesse cenário, o Acordo Bilateral de 14 de Outubro 2008, entre Brasil-Bolívia, ao eleger a Organização Internacional para as Migrações – OIM, através do Programa Latino-americano de Cooperação Técnica em Migrações – PLACNI, alterou a dinâmica das diásporas clandestinas e, através deste órgão, responsável pelo processo de reorganização do espaço e legalização da migração de famílias brasileiras que foram localizadas para além dos 50 km da Faixa de Segurança Nacional Boliviana, o governo brasileiro financiou o desenvolvimento de projetos no Departamento de Pando-Bolívia com o objetivo de servir, segundo este Acordo, de alternativa sustentada de recuperação laboral de grupos “pobres e vulneráveis” localizados, principalmente, na zona de Bellaflor e Rapiran .

Desse modo, a forma adotada pela diplomacia brasileira de negociar a permanência dos sujeitos sociais expõe dois fatores aparentemente opostos, mas inter-relacionados. O primeiro diz respeito ao interesse de manter a hegemonia da política exterior no Cone Sul e o segundo, ao mesmo tempo em que contemporiza a situação política com a Bolívia, a exemplo da questão do gás

natural de 2007, também sinaliza para regularizar o processo histórico da migração clandestina de famílias brasileiras, que se tornou mais visível a partir da década de 1970.

Portanto, ao ser iniciado o processo de rearranjo migratório dessas famílias para o interior pandino, outros elementos começaram a se fazer presentes, dentre eles: a resistência de algumas famílias de permanecer em suas colocações; a situação do repatriamento, o Plano emergencial - INCRA-Acre/2010 e a reocupação dos espaços pandinos por famílias brasileiras, tuteladas, pelo Acordo diplomático/2008 as forças diplomáticas combinadas evidenciam a partir da primeira década do século XXI uma (re)territorialização no chão dos espaços acreano e pandino sob a lógica da arte da negociação e dos novos rearranjos daqueles deslocamentos uma nova configuração da Amazônia compartilhada.

## BIBLIOGRAFIAS E REFERENCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Exportações das Tensões Sociais na Amazônia; Brasivianos, brasuelanos e brajolas – Identidades construídas no conflito**. Travessia – Revista do Migrante CEM, ano VIII, nº 21, janeiro-abril. São Paulo, 1995, p. 28-36.
- ANTONACCI, Maria Antonieta M. **África/Brasil: Corpos, Tempos e Histórias Silenciadas**. Tempo e Argumento, v. 1, p. 46-67, 2009. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/709>. Acesso em 17/10/2013.
- BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003;
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas, v. 5, p. 17-23, 2010. (Artigo Publicado em periódico Nacional)
- \_\_\_\_\_. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo- RS: Editora Unisinos, 2003;
- COSTA, João Craveiro. **A conquista do Deserto Ocidental: subsídio para a história do território do Acre**. Brasília: 2005.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Corte. 1992.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005 – ISSN 1806-6755.
- \_\_\_\_\_. **Trajetórias de famílias subterrâneas na fronteira do Acre(Brasil) e Pando (Bolívia)**. IN: Proj. História, SP. (27). p. 107 – 122, dez/2003.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff. São Paulo: Contexto, 2002;
- \_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.
- LIMA, Geórgia P. **BRASIVIANOS: uma experiência social na fronteira do Abunã - (1970/1980)**. Recife: UFPE. (Dissertação) Mestrado em História do Brasil. 2000;
- \_\_\_\_\_. **Fronteira do Abunã e os conflitos sociais**. IN: Amazônia pós-moderna. Tradições e contradições. Rio Branco-Ac: OPUS, 2008.
- MAIA, Sávio José da Costa, **Seringueiros brasileiros e suas travessias para a Bolívia: a formação de novos modos de produção num espaço de litígio (1970/1995)** UFPE. Dissertação de Mestrado, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MARTINELLO, Pedro. **A batalha da Borracha no vale Amazônico**. Rio Branco-Ac, 1995.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da**

**territorialidade.** Brasília: DAN/UnB. 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

PORTELLI, Alessandro. **‘O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral.** In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296-313.

\_\_\_\_\_. **A filosofia e os fatos. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais.** *Tempo.* Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que faz a história oral diferente?** Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História,* São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de história oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** *Projeto História.* São Paulo, n. 15, abr./1997, p. 13-49.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (O Seringal) à territorialidade seringueira (A Reserva Extrativista).** Brasília: IBAMA, 2003.

SILVA, Sidney Antônio (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais.** São Paulo: HUCITEC, 2012.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre.** Vol. I/II/III/IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974/9.

Data de submissão: 15/05/2019

Data de aprovação: 20/06/2019